

## A República Fiscal

Ives Gandra da Silva Martins

Professor de Direito Econômico da Universidade Mackenzie  
e Conselheiro da OAB/SP.



Os recentes Decretos-Leis 1967 e 1968/82, assim como a Portaria dos Ministros do Planejamento e da Fazenda, que fixou em 70% a correção monetária do imposto retido na fonte, contra os 90% do ano passado, não obstante semelhante o surto inflacionário, apenas representam um ato a mais a dar contornos à República Fiscal, em que o Brasil se transformou.

Quando, no século passado, Wagner afirmou, de forma categórica, que as despesas governamentais tendem sempre a crescer, exigindo receita tributária sempre maior, recebeu acirrada crítica de muitos de seus contemporâneos. Não há, entretanto, em todo o mundo, verdade mais evidente que a afirmação do brilhante financista, nos dias que correm.

Nos cenários continentais, em todos os países, o que se discute, hoje, não é mais a correção do princípio Wagneriano, mas apenas os graus e níveis de incidência de seu postulado em cada Nação.

A esse respeito, o Brasil lidera — de longe — a aplicação da máxima de Wagner. Tendo procurado uma convivência impossível entre os estilos socialistas e capitalistas, no plano econômico, atingiu tal nível de estatização que, atualmente, é a administração indireta que governa o governo e não estas as companhias estatais.

O desempenho sempre inferior das sociedades dirigidas pelo governo, que são, simultaneamente, políticas e econômicas, onerando as soluções políticas a "performance" das necessidades econômicas, gera um "deficit" permanente no orçamento federal, apenas possível de ser coberto pela emissão da moeda, pelo aumento dos preços públicos acima do seu valor real e pela tributação desmedida.

O desempenho sofrível de uma companhia privada pode levá-la à falência. O desempenho sofrível de uma companhia estatal apenas leva os contri-

buintes a terem que pagar mais tributos. De forma direta, através de impostos, taxas, contribuições etc. De forma indireta, através de preços administrados, como dos combustíveis, luz, telefone etc. E de forma indiretíssima, através da inflação gerada, fundamentalmente, pelo próprio governo, como honestamente já reconheceu o próprio Ministro do Planejamento.

O Brasil vive uma economia fundamentalmente socialista, com a má "performance" própria das economias "planejadas marxistas", pensando viver uma economia capitalista. Sobrevive, porém, graças aos recursos gerados pelos segmentos privados da Nação. Como se percebe, o problema é estruturalmente um problema do modelo. Não dos homens. Aqueles que hoje administram os dois setores básicos das finanças (receitas e despesas públicas) são idôneos e competentes. Raramente, a equipe de tecnocratas do País foi tão brilhante. O modelo, entretanto, é avassalador. Devora os seus administradores. Apresenta resultados diferentes daqueles idealizados e obriga o administrador público a não ser mais um administrador da Nação, mas apenas dos furos orçamentários que o modelo dá à luz.

Por essa razão, não obstante o clamor nacional contra os aumentos dos Decretos-Leis 1940, 1950, 1962, 1968/82, o administrador público continuará a lançar mãos de tais expedientes, pois já não mais é gerente do modelo nacional, mas é o modelo que o gerencia.

Nas empresas privadas, em processo pré-falimentar, os administradores ficam flutuando pelos corredores dos bancos, à procura de empréstimos milagrosos. Deixam de gerir as empresas para a gestão apenas de sua dívida. Parece que o modelo nacional transformou nossos administradores públicos em gestores de uma massa semelhante.

A vantagem dos administradores públicos é que contam, mesmo sabendo que transformam as normas tributárias em normas de rejeição social, com o direito de imposição. O que se pergunta, entretanto, é até que ponto o universo de contribuintes brasileiros tem elasticidade suficiente para suportar a pressão, que pressupõe uma flexibilidade infinita. Até que ponto o combate sistemático aos efeitos e não às causas pode levar à recuperação da economia nacional. Até que ponto a República Fiscal, em que o Brasil se transfigurou, tem alicerces fincados sobre a rocha e não sobre a areia.

Tais indagações deixamos à reflexão dos leitores deste jornal, que como nós desejam o melhor para a Nação, mas temem que ela caminhe para o pior.